

# O ESPECTRO

*Admonet in somnis et turbida terret imago.*  
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

## Lisboa, 23 de junho

Tivemos noticias do Porto até 19 do corrente.

A junta havia accedido os quatro artigos do protocollo. Em consequencia d'isso mandára a Lisboa o marquez de Loulé para pôr na presença da rainha a exposição das circumstancias tendentes a remover quaesquer obstaculos para a pacificação do paiz.

Os commandantes das forças navaes alliadas mandaram á junta o seguinte officio:

«Excellencia.—Sua Magestade fidelissima a rainha de Portugal, tendo por uma proclamação de 9 de junho, declarado uma amnistia geral, os officiaes abaixo assignados commandantes das forças alliadas diante do Porto, operadores conjunctamente, pedem que a junta faça que as tropas debaixo de suas ordens entreguem as armas immediatamente, a fim de que as tropas do marechal Saldanha possam entrar pacificamente na cidade; porque a menos que isto se faça, o armisticio não pôde ter effeito e as hostilidades activas começarão por toda a parte. Datado defronte do Porto a 13 de junho de 1847.—A s. ex.ª o sr. José da Silva Passos.»

A junta comtudo continua a resistir. Aceitando os artigos do protocollo exige a execução immediata de todos elles. No segundo estipula-se a *revogação immediata* de todos os decretos contrarios á carta e ás leis estabelecidas; e no quarto a nomeação tambem immediata de um ministerio que não seja dos Cabraes. Ora assim que a corôa pela sua parte fizer isto, a junta acceta as auctoridades que a rainha por via d'esse ministerio nomear.

A junta resiste com rasão ao desarmamento. A interferencia não quer o triunfo de nenhum partido: logo não deve querer o desarmamento de nenhum d'elles. A junta só obedecerá ao governo nomeado em conformidade do protocollo. Os actuaes ministros ainda trazem ás costas a

gualdrapa dos Cabraes, que é nota de infamia européa, e imprime character como os sacramentos de nova lei.

O Saldanha offercia-se para entrar pacificamente no Porto, e receber os armamentos. Julgou se na cidade invicta que o homem estava alienado, e recebeu-se a noticia com um sorriso de compaixão.

O Porto não larga a sua armadura. E' mais facil ficar sepultado debaixo das suas ruinas. Alli tudo é enthusiasmo, brio e valor.

A junta cumpriu o seu dever. Aceitou um armisticio, porque lh'o impuzeram; accitou os artigos sem garantia, porque lh'os impuzeram. Mas se não tem garantia contra os sofismas para o futuro, tem-na hoje contra a quebra de lealdade. Essa garantia são as suas armas. Venha o ministerio, que não seja de Cabraes, e a junta cederá.

Tinha causado grande irritação na provincia do Minho a entrada dos gallegos. A bandeira hespanhola tremulava em Valença, e parece que em Bragança. Não se sabe porque motivo os alliados ferram a sua bandeira nos logares aonde entram. Quando a nossa divisão foi a Hespanha não procedia d'essa maneira.

No Porto estão 12 mil homens em armas, e não se receiam nem os hespanhoes nem o Saldanha. Se atacarem hão de ser repellidos.

As correspondencias do dia 19 dizem o seguinte:

«A junta antes de responder ás intimações dos commandantes navaes de Inglaterra, França e Hespanha, consultou os seus generaes, e commandantes dos corpos, expôz-lhes francamente a situação dos negocios dizendo-lhes que pelo desejo de se evitar a effusão de sangue, e a entrada dos alliados ella tinha accedido os quatro artigos, mas que aquelle desejo com quanto sincero, e veemente tinha por limite os deveres da honra, e do brio portuguez; que a junta não desesperava de salvar por todos os esforços a causa da liberdade, mas quando che-

gasse o momento de se persuadir, que aquella sagrada causa estava perdida, lhe restava ainda salvar a honra, e que esta só podia ser salva quando nos vissemos rodeados por forças taes, que o combater fosse loucura, e o deramamento de sangue um crime. — A resposta dos commandantes foi unanime: todos concordaram em se submeter á rainha logo que fossem cumpridos os quatro artigos, e em resistir rigorosamente até esse ponto. Depois d'isto só um commandante fraqueou, e foi logo tirado do commando do corpo.

«O Porto está bem defendido; temos tropas numerosas, e animadas de excellente espirito, e mesmo quando os hespanhoes venham, parece-me que terão de atular com os seus corpos os fossos das nossas trincheiras. — Das forças navaes nada tememos; podem tentar um ataque sobre a Fóz, mas estamos previnidos a esse respeito.

«A entrada dos hespanhoes em Bragança não é certa ainda, e de Valença ameaçam todos os dias avançar, mas nunca chegam a verificar a ameaça.

«O consul francez mr. de Nujac, e o commandante do brigue *Cysne* no bloqueio do Porto tem cumprido as instrucções do seu governo, mas com a doçura e urbanidade propria de cavalheiros francezes.»

«*Idem* 19. — Pelas disposições que eu por aqui vejo a guerra continuará, e converter-se-ha n'uma guerra de exterminio. O Minho está exaltado, e se a intervenção hespanhola tem logar no interior da provincia não sei o que será, é certo que tudo se prepara para a guerra de qualquer modo.

«Aqui amontoam-se forças e trabalha-se nas fortificações. Saldanha avança, e não podendo atacar o Porto espera as tropas do Concha e do Mendes Vigo. A guarnição da cidade já bastante para a sua defeza, e que se augmentará com as tropas que occupam Amarante, e guarnece o Douro no caso da aproximação dos hespanhoes, está disposta á resistencia.

«Todo o homem imparcial entende que a pertença de desarmar esta gente, e entregar a cidade ao Saldanha, é improdente e insensata.

Porque não desistem os alliados d'essa pertença, e porque não dão provas de que querem uma paz decorosa e segura para todos?

«O gabinete inglez encarregou-se de representar o papel mais odioso; parece que elle se apraz de attrahir sobre si a indignação d'este paiz. O francez tem andado melhor; ao menos os seus agentes tem obrado com delicadeza, e guardado moderação, e todos os termos da civilidade e decencia. Esta differença é aqui muito notada. Lord Palmerston tinha meios de concorrer para terminar a guerra em Portugal sem recorrer áquelles a que recorreu. Mr. Guizot não estava no mesmo caso, e aproveitou habilmente uma circumstancia favoravel dando um

grande passo para a realisação das vistas d'uma alta personagem sobre os futuros destinos da Peninsula.

«Sabe-se aqui já que a divisão do visconde de Sá se dissolvêra, e que elle, e alguns officiaes e soldados se entregaram ás forças navaes inglezas.»

Esperava-se com muita impaciencia o paquete com noticias da Inglaterra sobre os negocios de Portugal. O resultado foi que na camara dos lords o ministerio teve a insignificante maioria de 18 votos e na dos communs não houve votação por falta de numero.

Contudo os debates foram muito interessantes, e ouvimos dizer que lord Palmerston promettêra aos deputados em particular modificar a sua politica, obrigando a suzerana de Portugal a dar garantias de boa fé e lealdade. Mr. Hume prometteu não insistir fazendo se retirar de Portugal o intrigante Wilde. Até se diz que ha uns artigos addicionaes ao protocollo, que o barão da Torre de Moncorvo não quizera assignar, mas que nem por isso hão de pesar menos sobre a rainha, porque para isso não vem nada a assignatura do seu ministro.

É indifferente para o partido popular que existam ou não esses artigos addicionaes em que nós não crêmos; o que elle quer é cumprimento pleno e inteiro dos do protocollo, é a *immediata nomeação* d'um ministerio que não seja cabralista, e que revogue immediatamente esses decretos estultos, violentos e arbitrarios da administração de 6 de outubro—d'essa meia duzia de patuscos que pensaram que eram ministros, mas que estiveram a escrever na areia! Que mágoa não será para o Farinho o vêr que os estrangeiros escarraram nas suas leis depois de serem despresadas pela junta do Porto? Não tinha esta declarado já nullo quanto fizessem semelhantes homens?

O periodo de 6 de outubro até hoje foi como se não existisse—foi um periodo de usurpação!

Mas o debate no parlamento inglez tem um character singular, que devemos notar, e é—*que ninguem fallou a favor d'essa desgraçada côrte de Portugal*; pelo contrario o ministerio inglez foi o que mais a condemnou.

Tambem da discussão e documentos apresentados se colhem esclarecimentos importantes para a nossa historia politica. Andam por ahi os cabralistas da gema a gritar que nunca pediram a intervenção, e que é ella obra exclusiva do visconde da Oliveira, da rainha e de D. Manoel de Portugal. Os papeis impressos mostram que o conde de Thomar *Caper, vir gregis* fôra o principal motor da intervenção, e o que concorrêra principalmente para ella se verificar. N'uma conferencia que houve entre elle e o ministro de Inglaterra em Madrid, instou Cos-

ta Cabral muito pela intervenção; M. Bulwer declarou que a Grã-Bretanha não podia intervir até porque o movimento não era miguelista como dizia Costa Cabral. Este então respondeu—*Se a Inglaterra só interferir quando se acclamar D. Miguel, nunca será acclamado, mas importa pouco para a rainha o ser desthonada debaixo d'uma invocação ou debaixo d'outra. Comtudo se a Inglaterra não pôde interferir, não poderá também abstar que outras potencias interfiram.*

Os membros da opposição mostraram na sessão de 11 (que é do que agora tractamos) a impropriedade do papel que fez representar ao coronel Wilde a quem notaram falta de capacidade para o desempenho dos seus deveres, porque devendo ser medianeiro tornou-se partidário faccioso, e devendo dar informações sobre objectos militares desempenhou tão mal a sua missão, que o consul do Porto tem dado informações mais exatas e mais circumstanciadas do que elle.

O Saldanha vem alli pintado ao vivo—a sua inconsistencia, falta de character, e a humildade com que se lançou aos pés do Wilde foram objectos de reflexões de muitos oradores. Parte de uma carta humilhante do Saldanha ao emissario inglez alli vem transcripta para eterno opprobrio do pobre Cabral.

Se este assumpto não fosse demasiado sério fariamos uma collecção das tolices que formigam em todos os passos do Saldanha n'este desgraçado negocio. Quando rebentou a reacção contra a conspiração da côrte, o marechal Saldanha escreveu a M. Southern, dizendo-lhe que a conspiração era miguelista. M. Southern mostrou duvidar da asserção, e pediu ao marechal documento que a provasse. *Oh!* (disse Saldanha) *estava tão apaixonado que rasguei o documento.* A camara dos communs prorompeu em risadas.

Mr. Hume apresentou a seguinte proposição:—*Que no entender da camara a interferencia armada do governo entre os partidos politicos de Portugal era insustentavel em principio, e conduzia a sérias e desastrosas consequencias.* Mostrou que o governo portuguez tinha destruido todas as garantias, calcado todas as leis, deportado cidadãos, confiscado seus bens, abolido o jury e em fim que a rainha se tinha tornado absoluta e despotica—que ajudando um governo d'estes se hia sancionar o despotismo—que a Inglaterra devia a sua liberdade a uma revolução entre o povo e o rei, e que a dynastia actual devia o throno a esse facto—e que não se saberia o que seria feito das liberdades britannicas se algum monarcha da Europa se fosse intrometter em 1688 nos negocios da Inglaterra—que o *Diario* advogava sempre em tom declamatorio o systema absoluto, e a revogação de todas as leis da carta—que até 5 de abril lord Palmerston regeitára sempre a intervenção, e que depois d'esse dia fatal pa-

rece que algum poder estranho pezava sobre o governo.

Fallaram no mesmo sentido diversos membros e depois lord J. Russell disse:—*O governo inglez não quer ir estabelecer o despotismo em Portugal; pelo contrario as propostas feitas primeiramente á rainha e depois á junta, eram para que cessasse todo o despotismo da côrte, todos os decretos arbitrarios, e mesmo para que se revogasse tudo o que se tinha feito desde 6 de outubro, para que as côrtes fossem convocadas, e para que as leis constitucionaes do paiz tivessem pleno effeito. O procedimento da rainha de Portugal foi imprudente, em quanto á demissão do ministerio Palmella, mas só em quanto a isso é um acto de soberania que todos os soberanos dos paizes constitucionaes podem exercer. O povo levantou-se contra a facção cabralista. Não sei se os receios do povo eram justificados, mas o que sei é que logo que os insurgentes appareceram em armas, o governo de Lisboa saltou por cima das restricções da constituição, e foram expendidos e sancionados decretos os mais arbitrarios e actos os mais despoticos. M. Hume diz que nós iamos sancionar esses actos; pelo contrario vamos pôr fim a elles, e prevenir a continuação de um systema tão arbitrario e despotico de governo como esse de Lisboa que se diz que desejamos sustentar.*

O nosso ministro em Lisboa tem desaprovado sempre esses actos. Pegai d'um só—a deportação dos prisioneiros de Torres Vedras, acto inconstitucional em si, e cruel para com as pessoas a quem diz respeito. Infelizmente a rainha de Portugal lançou-se nas mãos d'um partido que pensa que os resentimentos e os odios devem formar parte da politica do estado, e por isso os actos despoticos continuam. Nos conselhos do gabinete são admittidas pessoas estranhas que ameaçam desamparar a rainha—o mesmo Saldanha disse que desampararia o exercito se S. M. quizesse entrar em negociações com os seus subditos!!! Quando as propostas de mediação se apresentaram á rainha, ella com o seu conselho queria a deportação dos chefes da revolta; o gabinete britannico não accedeu! Se a Inglaterra não interferisse, interferiria a Hespanha e França, e n'este caso a junta que representa o partido popular, succumbiria, donde resulta que a intervenção ingleza é favoravel ao governo constitucional, e preserva Portugal d'uma intervenção que o podia perder.»

Eis-ahi o juizo d'essa corte corrompida feita pelo gabinete inglez. Mas a vergonha não é só essa. No mesmo dia dizia o marquez de Lansdowne na camara dos lords—*que o governo portuguez não faria nada que fosse sujeito á concorrência e censura do governo inglez.*

Depois d'isto avalie-se o que é esse partido e esse governo. Continuaremos com os extractos que forem mais interessantes.

Chamamos a atenção do publico para a seguinte carta:

«Lisboa, 18 de junho de 1847.

«Sr. conde.—Fui auctorizado por sir Hamilton Seymour ministro de S. M. B. n'esta côrte, e pelo vice-almirante sir William Parker para fazer arranjos para o final destino das tropas e tripulação das embarcações que compõem a força do commando de v. ex.<sup>a</sup> que se rendeu ao capitão sir Thomaz Maitland na barra do Porto no dia 31 de maio antecedente, e para este fim fui rogado para pôr-me em correspondencia com v. ex.<sup>a</sup> Tenho por tanto a rogar a v. ex.<sup>a</sup> queira ter a bondade de informar-me com a maior brevidade possivel quaes são os seus desejos relativamente ao seu destino assim como aos officiaes, e mais individuos presentemente presos na torre de S. Julião, a fim que se tomem as necessarias medidas para a sua remoção e soltura, e a guarda do forte seja restituida ás auctoridades de S. M. F.—Tenho a honra de ser sr. conde—De v. ex.<sup>a</sup>, o mais obediente e humilde servo—*Wilde*, coronel.»

Consta-nos que o nobre conde das Antas respondera que desejava ser collocado na posição em que estava quando fôra feito prisioneiro.

Não temos espaço senão para registrar factos.

O conde do Tojal pediu ao banco uns 200 ou 300 contos; o banco recusou; o Tojal por vingança publicou e decreto em que só se admittem as notas do banco n'um terço em todas as transacções.

O banco reuniu; fallou o sr. Roma duas horas, e denunciou todas as tranquiernas do Tojal.

Balham as comadres, descobrem-se as verdades. Banco e Tojal são uma e a mesma cousa. As desavenças versam sobre quem ha de agiotar mais.

Lêmos no *Brado da Lealdade* uma accusação que nos cubriu de vergonha. Diz o papel cabralista que a familia do rei está devassando o paço, que o esposo da rainha se vae enchendo de vicios, e que a nossa côrte será brevemente como a da D. Carlota Joaquina, avó de D. Maria! Os ministros espalham a mãos largas estes infames papeis.

O partido popular, a quem a rainha persegue, contra o qual mandou vir as forças estrangeiras, respeitou sempre a vida privada da real familia. Não merece ser rainha depois que chamou contra nós os alliados, mas não merece ser calumniada. O *Espectro* não a pôde amar porque não pôde amar a tyrannia; mas é preciso ser justo e clamar que o *Brado da Lealdade* é um infame, e que os ministros que o es-

palham são uns traidores e aleivosos. Não se veem senão espias e agentes do governo distribuindo esses libellos contra a rainha.

A *Revelação* de 14 do corrente vem interessante. No n.º 5 tinha ella accusado o *Diario* por não consagrar um artigo elogiando o protocollo, e no n.º 6 grita contra essa mesma interferencia que ate aqui tinha elogiado. Os cabralistas são assim: quando se viram em apuros chamaram os estrangeiros; depois que se viram servidos como conhecem o odioso da acção querem declinar a responsabilidade d'ella.

O primeiro que pediu a intervenção foi o Saldanha. Não houve um só cabralista que se oppozesse a ella, todos a desejavam, todas as auctoridades declaravam aos povos que ahi vinham os inglezes, hespanhoes e francezes. Não ha, pois, um cabralista que esteja livre do labeo e da infamia que esse acto lança sobre todo o partido.

A mesma folha diz que o partido popular recebera com desprezo a amnistia, esse acto da generosidade real, e acrescenta:—«Os agradecimentos que o populacho dava a este acto da magnanimidade real foram as injurias mais descomodidas contra a soberana.» A folha cabralista com tudo justifica essas imprecações nas seguintes palavras:—«Proferiu-se sem tremer as tremendas palavras—amnistia ampla—amplissima!—e não se receiava de que ellas fossem ferir os ouvidos de um partido inteiro, quasi todo conforme em a reprovar pela maneira insolente com que foi imposta á soberana!...»

Ora se essa amnistia foi imposta insolentemente á soberana, como diz a *Revelação*, aonde está a generosidade e magnanimidade real? Se ella foi constrangida que tinha o populacho que agradecer á fidalga? Tomaremos nos que a *Revelação* escrevesse que é ella o nosso melhor auxiliar.

A *Revelação* que morre de amores pela rainha (mas pela rainha absoluta) censura o *Espectro* e até lhe chama impio porque applica á tyrannia dos reis modernos o castigo que Deus applicou aos antigos despotas. O botecudo do *Diario* segue-o na mesma censura. Comtudo a *Revelação* diz que pouco mais é preciso andar para a rainha alienar absolutamente as affeições dos seus subditos cabralistas. De sorte que o amor d'esses meliantes para com os seus reis e só em quanto elles lhes fazem a vontade.

O *Espectro* não deseja o sangue dos reis, porque sabe que o sangue das viboras não mata ninguem, mas deseja o castigo dos tyrannos, e entende que a morte d'um rei não é nada em comparação da morte de milhares de subditos. A humanidade lucra muito quando morre um rei que não faz se não derramar o sangue do seu povo. Ninguem chorou a morte de Nero.